


CLIPPING DE NOTÍCIAS

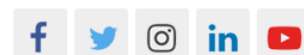
	Título: Temer anuncia ampliação do Minha Casa Minha Vida em 50 mil unidades		
	Veículo: Estadão	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Economia e Negócios	Página: On-line	
	Link: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,temer-anuncia-ampliacao-do-minha-casa-minha-vida-em-50-mil-unidades,70002311967		

Temer anuncia ampliação do Minha Casa Minha Vida em 50 mil unidades

Números apresentados são inferiores aos 150 mil imóveis pretendidos inicialmente pelo Palácio do Planalto

Fernando Nakagawa, enviado especial, O Estado de S.Paulo
16 Maio 2018 | 23h02

[SIGA O ESTADÃO](#)



FLORIANÓPOLIS – O programa “Minha Casa Minha Vida” será ampliado em 50 mil unidades neste ano. O anúncio foi feito pelo presidente Michel Temer a uma plateia de mais de mil empresários do setor da construção civil na noite desta quarta-feira, 16. Apesar do tom de comemoração com o anúncio, os números apresentados são menores que as 150 mil novas unidades desejadas inicialmente pelo Palácio do Planalto. A opção pelas 50 mil casas foi tomada horas antes após [semanas de discussões entre a área política e econômica, que sempre lembrou do problema fiscal para reafirmar posição contrária à ampliação do programa.](#)

+ Governo estuda ampliar ‘Minha Casa’ para famílias mais pobres

A boa notícia ao setor foi feita na abertura de Temer no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção, principal evento do setor no Brasil. “Chegamos à conclusão que não poderíamos vir de mãos abanando”, disse Temer. “Eu autorizei hoje de manhã mais 50 mil casas para serem construídas este ano”, completou. Houve reação tímida da plateia, mas o presidente não foi interrompido por aplausos dos empresários. Temer e a presidência da República não forneceram detalhes sobre quais faixas do programa serão

beneficiadas. Originalmente, a intenção era beneficiar famílias mais pobres da faixa 1 – que têm renda familiar de até R\$ 1,8 mil e pagam prestações mensais entre R\$ 80 e R\$ 270 por até 120 meses.



Temer e a presidência da República não forneceram detalhes sobre quais faixas do programa serão beneficiadas Foto: Felipe Rau/Estadão

Com o incremento anunciado por Temer, o principal programa habitacional do programa federal deve levantar número próximo de 700 mil residências neste ano. O valor já estava

dentro das margens anunciadas em fevereiro, quando o governo anunciara que o MCMV tinha como meta construir entre 600 mil e 700 mil unidades em 2018.

+ Depois da Caixa, Bradesco e Santander cortam Juros do crédito Imobiliário


Aos empresários, Temer ressaltou que cada casa construída gera, em média, 1,5 emprego. “Portanto, quando nós produzimos quase 700 mil casas durante o ano, estamos pensando não apenas na mobilização da economia e da construção civil, mas também na geração de empregos”, completou.

+ Financiar Imóvel de R\$ 500 mil fica 16% mais barato com corte da Caixa

O próprio presidente da República era o grande entusiasta da ideia de ampliar o programa habitacional. Temer sempre demonstrou simpatia ao uso da construção civil como elemento indutor para acelerar o crescimento da economia. Com esse objetivo, o MCMV era defendido porque consegue incentivar a atividade ao mesmo tempo em que potencializa um dos programas governamentais com maior apelo popular. Além disso, a ampliação do MCMV é encarada como uma importante iniciativa política para acenar aos empresários da construção civil e principalmente aos prefeitos e governadores em ano de eleição.

Economicamente, porém, a intenção de Temer sempre sofreu resistência. Diante da frágil situação das contas públicas, o Ministério da Fazenda manteve posição firme nos debates que não haveria recursos para a iniciativa, principalmente na faixa 1 – que exige maior desembolso do Tesouro Nacional .

CLIPPING DE NOTÍCIAS


	Título: Representantes amazonenses da Construção Civil no 90º Enic		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Economia	Página: A5	

Representantes amazonenses da Construção Civil no 90º Enic

Diretores do Sinduscon-AM (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas) participam do 90º Enic (Encontro Nacional da Indústria da Construção), que acontece de quarta-feira (16) a sexta-feira (18), em Florianópolis. São esperadas mais de 2 mil pessoas este ano, entre empresários e profissionais dos segmentos da cadeia produtiva da construção civil; dirigentes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nacional e local; representantes de instituições bancárias, acadêmicos e profissionais da imprensa.

O presidente do Sinduscon-AM, Frank Souza, o diretor da Comissão de Política e Relações de Trabalho do Sindicato, José Carlos Paiva, e o presidente do Seconci Manaus (Serviço Social da Indústria da Construção Civil de Manaus), Robério Arruda, que também preside a Comissão de Materiais do sindicato, irão participar do encontro – considerado o principal evento do calendário anual do setor.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Fazenda poderá rever projeção do PIB		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A2	

Fazenda poderá rever projeção do PIB

O Ministério da Fazenda poderá rever para menos a previsão de crescimento do país neste ano, informou ontem (16) o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida. A previsão atual é de aumento de 3% do PIB (Produto Interno Bruto, a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços produzidos no país).

A declaração foi feita a jornalistas após a divulgação, na manhã de quarta-feira, do IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), que teve retração 0,13% de janeiro a março, comparado ao do último trimestre do ano passado.

O IBC-Br foi criado pelo Banco Central para tentar antecipar, por aproximação, a evolução da atividade econômica.

O indicador oficial é o PIB, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que será divulgado no próximo dia 30.

“Não é novidade para ninguém que, nos últimos meses, alguns indicadores de atividade estão vindo um pouco mais fracos do que se esperava”, disse Mansueto.

“A Fazenda está revendo o modelo. Possivelmente, a gente vá ter algum resultado de qual o número da Fazenda, talvez na semana que vem, durante a revisão das metas bimestrais. Se houver um novo número”, ponderou.

O secretário do Tesouro ressaltou que o mercado também revisou a meta: a projeção passou de cerca de 3,5% a 4% para 2,5% a 3%. No último Boletim Focus, a estimativa do mercado foi de 2,51%.

“Vamos levar em conta que saímos de dois anos muito difíceis, dois anos seguidos de queda de PIB. No Brasil, é algo anormal o que aconteceu em 2015 e 2016. A última vez que isso aconteceu foi no início da década de 30”, disse Mansueto.

Ele ressaltou que a arrecadação não está sendo afetada e cresce em ritmo mais acelerado que a produção do país. Com crescimento de 3,95%, a arrecadação teve o melhor resultado para março desde 2015.

“O mês de abril ainda não tem número fechado, mas [a arrecadação] também foi boa, além das expectativas”, encerrou o secretário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Imóveis, ocupar para não perder

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 17/05/2018

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Ainda como PL, IPTU Progressivo visa coibir o abandono de terrenos em Manaus

Imóveis, ocupar para não perder

RIANNA CARVALHO
r.loureiro@jcam.com.br

O déficit de moradia nas cidades se configura como um dos grandes problemas sociais do país, a Prefeitura de Manaus acredita que uma medida para minimizar a situação é a implantação do IPTU Progressivo (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo) que estimula os proprietários de prédios ou terrenos desocupados a criarem condições de pô-los no mercado seja para venda ou locação, porém a medida, originária de um PL (projeto de lei) acaba esbarrando em questões políticas.

A Prefeitura de Manaus submeteu para análise do Plenário da CMM (Câmara Municipal de Manaus) o PL que dispõe sobre o IPTU Progressivo. A im-



Foto: Wilfer Mendes

Imposto deve criar vantagens para se ocupar terrenos

são frutos de herança familiar e que geram alguns entraves. "Não sabemos quantos imóveis estão abandonados na cidade, a prefeitura ainda deve fazer esse estudo. Tem propriedade oriunda de herança familiar, como é que ficam essas propriedades?", ressaltou.

O representante do mercado

imobiliário no Estado informa que a proposta elaborada pela entidade é um trabalho de dois pontos. "Comparar os terrenos para fins habitacionais e sociais é um ponto. Mas as ocupações desses terrenos são caras. De que forma os proprietários serão incentivados a investir naquele local? Esse é um dos pontos que também estamos pautando com a Prefeitura de Manaus. Os donos dos espaços precisam ver vantagens, incentivos ou algo parecido para que os mesmos possam ser ocupados", completou.

uso. O setor imobiliário ou civil não tem como incorporar esses espaços, logo eles ficam abandonados e sem uso. É muito mais oneroso para a cidade, você pensando nela como um organismo vivo, que esses espaços sejam utilizados para outros fins", completou Castro.

Objetivo da implantação das alíquotas progressivas de IPTU é desestimular o abandono de imóveis

Impactos

O doutor em Geografia Urbana da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), Marcos Castro

local, a creche teve obras iniciadas há seis anos, mas não foi concluída. Segundo informações da Semed (Secretaria Municipal de Educação), a empresa responsável pela obra rescindiu o contrato de construção da unidade educacional com a prefeitura, com 80% da obra concluída. Agora, uma nova licitação será realizada, mas ainda não há prazo para que isso aconteça.

Marcos ressalta que o Estado em todos os níveis, tem a obrigação de dar exemplos. "Uma vez que ele cobra dos donos de imóveis abandonados ocupações desses espaços, a prefeitura deve estar com seus terrenos em dia e devidamente ocupados. A prefeitura não pode cobrar sem dar exemplos", lembrou.

"Primeiro a prefeitura deve dar uso a esses terrenos e imóveis, para então ter condições de cobrar dos outros setores. Implantar uma lei se você tem um 'telhado de vidro', não é legal. Ela deve dar função aos seus terrenos e depois cobrar prazo e o que quer que seja

de pressão, para que os donos dos espaços façam alguma coisa com a área abandonada. "Imagina um terreno de herança, está há anos desocupado, os donos não mexem e nem têm interesse em realizar algo naquele local. Já foi provado que esse tipo de espaço gera outros tipos de ocupações, como ocupações irregulares e esse prazo acaba prevenindo o poder público quanto a esses riscos, fazendo com que a área seja utilizada de forma correta, podendo assim minimizar os riscos dessas ocupações irregulares", completou o doutor.

Telhado de Vidro

A Prefeitura de Manaus também possui terrenos abandonados com obras inacabadas como o caso da creche no Parque São Pedro, no bairro Tarumã, zona Oeste de Manaus. Segundo relatos da população

dos proprietários de imóveis abandonados", complementou o doutor.

Castro finaliza dizendo que é obrigação da prefeitura proporcionar oportunidade de se dar um arranjo aos locais abandonados. "Ocupações irregulares, terrenos urbanos abandonados e afins, devem ter função social, administrativo ou coletivo", disse ele.

IPTU Progressivo

A Emenda Constitucional 29/2000 estipulou que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana teria características de progressão, determinando que o imposto poderá ser: progressivo em razão do valor do imóvel; e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. O objetivo da implantação das alíquotas progressivas de IPTU (ou seja, uso de

alíquotas crescentes no decorrer do tempo) é desestimular proprietários a manter seus imóveis fechados, ou subutilizados, fatos que provocam indesejável redução de oferta de imóveis para o mercado.

Em pauta

Máximo, disse que tudo ainda está em processo de discussão com a PMM. "Na medida que aumenta a cota desses terrenos, obriga o proprietário a se desfazer do imóvel. Queremos que seja proposto incentivos ao dono do imóvel. Que a prefeitura colabore com as empreiteiras", afirmou.

Já foram realizadas algumas reuniões entre PMM e o comitê responsável pelo assunto. Albano disse ainda que hoje (17), o comitê volta a se reunir e julgar mais algumas situações. O Comitê é formado pela Prefeitura de Manaus, algumas entidades como Ademi-AM, Sinduscon-AM (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas) e empresários interessados.

plementação do projeto de lei tem como objetivo coibir o abandono de edifícios e, assim, pressionar proprietários a colocarem seus imóveis no mercado.

O presidente da Ademi-AM (Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas), Albano Máximo, diz que a medida tem como objetivo ocupar áreas da cidade de Manaus que estão desocupadas. "O objetivo da proposta é poder ocupar esses locais e transformar em áreas habitacionais. As ocupações que geralmente são feitas na cidade, costumam ocorrer em áreas distantes e que não possuem infraestrutura urbana", relatou.

Máximo disse que a Ademi-AM está discutindo com a prefeitura algumas questões sobre o PL. "Algumas sugestões estão sendo feitas para que a proposta não chegue a penalizar os donos dos imóveis. Pedimos que seja estudado uma forma de criar vantagens para que esse proprietário possa investir no seu espaço", informou.

Máximo julga importante ressaltar que alguns terrenos

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Banco Central mantém taxa básica de juros em 6,50% ao ano

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 17/05/2018

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Banco Central mantém taxa básica de juros em 6,50% ao ano

O BC (Banco Central) surpreendeu ao manter na quarta-feira a taxa básica de juros em 6,50% ao ano, justificando que o cenário externo tornou-se mais desafiador e apresentou volatilidade, apesar de reconhecer que a atividade econômica do país perdeu força e o comportamento da inflação continua favorável.

“A evolução dos riscos, em grande parte associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas, produziu ajustes nos mercados financeiros internacionais”, afirmou o BC em comunicado, em meio ao movimento que levou à forte valorização do dólar nas últimas semanas.

Com a decisão, o BC antecipou o fim do ciclo de afrou-

xamento monetário que estava sendo esperado para junho. No total, foram 12 tesouradas na Selic, somando 7,75 pontos percentuais, em meio à fraca atividade econômica e inflação baixa.

A decisão teve como pano de fundo a recente disparada

do dólar frente ao real, causada pelos temores dos mercados com as eleições presidenciais deste ano e de que os juros nos EUA podem subir mais do que o esperado. O dólar, desde o encontro do Copom de março, já acumulou valorização de mais de 12% sobre o real, movimento que tende a gerar pressão inflacionária. “Choques externos devem ser combatidos apenas no impacto secundário que poderão ter na inflação prospectiva”, trouxe o Copom. “Esses choques, entretanto, podem alterar o balanço de riscos ao reduzir as chances de a inflação ficar abaixo da meta no horizonte relevante, por meio de seus possíveis efeitos secundários”, complementou.

Para as próximas reuniões, o BC via como adequada a manutenção da taxa de juros. “O peso do chamado choque externo foi maior do que a piora da atividade e da inflação, tanto corrente como nas expectativas. O ponto foi o choque cambial e não tenho a menor dúvida que

eles não quiseram se arriscar”, afirmou o economista-chefe do banco Fator, José Francisco Gonçalves.

“A Selic fica parada neste patamar e dependerá do efeito do câmbio sobre a inflação, e isso está em aberto diante da atividade fraca. Continuo achando que a Selic só volta a subir em 2019”, acrescentou.

O BC reduziu sua projeção de inflação a 3,6% em 2018, ante 3,8% em seu último cálculo, pelo cenário de mercado. Para 2019, a conta também caiu a 3,9%, contra 4,1% antes. Este cenário levou em conta a Selic fechando 2018 em 6,25% e 2019 em 8%, com o dólar a R\$ 3,40 ao cabo dos dois anos. Mas o BC voltou a apresentar seus cálculos no cenário de refe-

rência, que mostrou a inflação mais perto da meta quando considerada a manutenção do atual cenário. Com juros constantes a 6,50% ao ano e taxa de câmbio constante a R\$ 3,60, as projeções do BC apontaram alta do IPCA em torno de 4% para 2018 e 2019.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Indústria terá pouca expansão em 2018

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 17/05/2018

Caderno: Economia

Página: A7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Setor industrial de bens de capital mecânicos pode revisar a projeção de crescimento para baixo

Indústria terá pouca expansão em 2018

Com desempenho aquém do esperado, a indústria de bens de capital mecânicos pode revisar a projeção de crescimento para baixo neste ano. Neste cenário, empresas devem manter o foco em mineração e papel e celulose, além de serviços, para superar o momento econômico do país.

"O desempenho foi frustrante no 1º trimestre, não ocorreu um crescimento econômico robusto o bastante para configurar uma retomada e engrenar toda a cadeia", avalia o economista do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), Rafael Cagnin.

Ele aponta a capacidade ociosa da indústria, instabilidade política e dificuldade no crédito como principais fatores para o quadro atual. "Está ocorrendo um investimento pequeno na indústria, mais voltado para modernização, substituição e eficiência. Isso não tem a mesma potência de grandes aportes em expansão, que é o que faz a economia girar", disse.

Em coletiva de imprensa

recente, o diretor de competitividade da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), Mário Bernardini, fez um diagnóstico parecido. "O crescimento é mais modesto que o esperado. O investimento está sendo feito em substituição de maquinário, não em expansão", afirmou.

O vice-presidente da Metso Brasil, Marcelo Motti, aponta que com a crise, a indústria acabou reduzindo seu índice de ocupação. "Foram feitos muitos investimentos entre 2012 e 2014 e, com a recessão, sobrou capacidade produtiva. Com uma retomada da demanda, as empresas estão investindo em eficiência para produzir mais com menos", ressaltou.

Multinacional finlandesa, a Metso possui uma planta em Sorocaba (SP) e produz válvulas de controle de vazão para os setores de óleo e gás e papel e celulose, e máquinas de britagem e peneiramento para mineração e construção civil. "Cada segmento tem suas especificidades. Construção civil e óleo e gás ainda estão muito parados. Celulose segue muito bem e mineração está tendo



Recessão e baixo desempenho causou grande capacidade ociosa, dizem analistas

uma retomada. A demanda global por minério de ferro vem aumentando o preço das commodities e impactando toda a cadeia", aponta Motti.

"Também atuamos no mercado de mineração nas Américas, especialmente Chile e Peru", acrescenta. O executivo projeta crescimento global de 14% do faturamento, puxado não só pela venda de máquinas, mas de serviços. "Isso inclui treinamento de pessoal e revisão de peças. Corresponde a mais da metade do nosso negócio".

Superando a crise

O diretor comercial e de marketing da KSB Brasil, Biagio Pugliese, prevê avanço do faturamento de 6% a 7% em 2018 no país. "Pelas condições de mercado, é um patamar bom. O 2º semestre vai ser complicado por conta das eleições. Muitos projetos ficam em espera", conta.

O grupo alemão possui duas unidades no interior de São Paulo, em Jundiá, onde fabrica bombas e válvulas, e uma fundição em Americana. "Atuamos

em diversos segmentos: construção civil, papel e celulose, açúcar e álcool, saneamento e petroquímica". Pugliese avalia que o mercado está melhor do que no ano passado. "O agronegócio está forte. A área de saneamento foi boa no 1º trimestre, mas por causa das eleições isso vai parar. Já óleo e gás segue paralisado", explica.

O executivo afirma que novas contratações não estão sendo feitas, mas que o movimento de demissões foi estancado. "Agora o emprego ficou estável e pudemos investir na

área de eficiência e produtividade", comenta.

O presidente da Vulkan Brasil, Klaus Hepp, conta que após sofrer durante a crise, a empresa vem passando por uma retomada desde o 2º semestre de 2017. "Tivemos vendas 20% maiores do que o previsto. A siderurgia está se recuperando e presenciamos um notável crescimento na exportação", disse.

Com uma planta em Itatiba (SP), a Vulkan produz acoplamentos, sistemas de frenagem, contra recuos e amortecedores para aplicações industriais e navais, fornecendo soluções para mineração, petróleo e gás, siderurgia, entre outros. "Em 2017, ajustamos nossas atividades e passamos a focar na venda de serviços. Não era o principal negócio estratégico, veio da demanda do cliente que quer reaproveitar o equipamento, especialmente na mineração e siderurgia", explica Hepp.

A empresa tem apostado também na expansão de suas atividades na América Latina. "Nos últimos dois anos abrimos escritórios de vendas na Colômbia e México. Também vendemos equipamentos para o setor de mineração no Peru e Chile". O executivo afirma que desde 2016, essas exportações correspondem de 5% a 10% do total de vendas da Vulkan. "Pretendemos estender nossa penetração nesse mercado e chegar a 20% nos próximos cinco anos", encerra.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Manutenção da taxa Selic é criticada

Veículo: Em Tempo

Data: 17/05/2018

Caderno: Economia

Página: 20

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Manutenção da taxa Selic é criticada

Ao contrário do que esperava o mercado, o Comitê de Política Monetária anunciou, nesta quarta-feira, que os juros básicos da economia serão mantidos em 6,5% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, nesta quarta-feira (16), manter os juros básicos da economia brasileira em 6,5% ao ano. A decisão surpreendeu o mercado, que esperava uma redução da taxa. Entidades empresariais criticaram decisão sobre a manutenção da taxa Selic.

De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano, em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia, até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março, o nível mais baixo até então.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

Com a inflação baixa, o mercado financeiro esperava pelo último corte na Selic, no atual ciclo de redução. Em março, o Copom reduziu a Selic pela décima segunda vez seguida, de 6,75% ao ano para 6,5% ao ano – o menor nível desde

o início da série histórica do Banco Central, em 1986.

O mercado esperava reduzir os juros básicos, de olho na tendência de diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Para acontecer o corte da Selic, o mercado esperava que a autoridade monetária estivesse segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. Mas não ocorreu. Na última reunião do Copom, o BC sinalizou que faria mais uma redução da Selic em maio e encerraria os cortes na taxa.

Ao definir a taxa Selic, o BC mira a meta de inflação, que é de 4,5% neste ano, com limite inferior de 3% e superior de 6%. Para 2019, a meta é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter em 6,5% ao ano a taxa de juros Selic "reflete, provavelmente, as preocupações do Banco Central com os impactos da recente desvalorização do real frente ao dólar". Para a indústria, no entanto, a inflação baixa e o ritmo muito lento de recuperação da



Empresários avaliam que a decisão do Copom reflete a insegurança do BC


economia permitiriam um novo corte na taxa Selic. A entidade destaca, em nota divulgada nesta quarta-feira, 16, que "embora os juros atuais sejam os mais baixos desde 1986, os custos dos financiamentos continuam elevados por causa do spread bancário". "Os custos elevados dos empréstimos desestimulam os investimentos das empresas e o consumo das famílias, comprometendo

a recuperação da economia", apontou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Andrade afirma ainda que o crescimento sustentado depende do equilíbrio das contas públicas. "É preciso persistir nas medidas de ajuste fiscal que assegurem a estabilidade econômica. Isso permitirá a manutenção dos juros baixos por um longo período", afirmou na nota o presidente da CNI.

MARCELO CANHARDO/IBC

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Reunião do Conselho de Administração da CBIC dá início às atividades do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic)		
	Veículo: CBIC	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Reunião do Conselho de Administração da CBIC dá início às atividades do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic)



Presidente da CBIC, José Carlos Martins, comanda mais uma Reunião do Conselho de Administração da CBIC durante o 90ª edição do Enic. Foto: Fabrício de Almeida/CBIC

É grande a expectativa dos membros do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para o início oficial do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que começa nesta quarta-feira (16/05) e segue até sexta-feira (18/05), no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, capital catarinense – conhecida por sua elevada qualidade de vida e com uma das maiores pontuações do **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH). Reunidos na manhã desta quarta-feira, no Il Campanário Villaggio Resort, em Jurerê Internacional, a 90ª edição do encontro foi um dos temas tratados pelos conselheiros. O evento contará com a participação do presidente da República, Michel Temer, e de cinco ministros de Estado - Helton Yomura (Trabalho), Marcos Jorge de Lima (Indústria, Comércio Exterior e Serviços), Alexandre Baldy (Cidades), Esteves Colnago (Interino do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Vinicius Lummertz Silva (Turismo) -, além do presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e do governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, entre outros. **O presidente da República participa da abertura do 90º Enic e irá lançar a estratégia nacional para disseminação do BIM (Building Information Modeling) - veja mais na matéria do jornal Valor Econômico: <http://bit.ly/2IOOOF7>.**


Ao dar as boas-vindas aos conselheiros, o presidente da Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (Asicc-SC), Marco Alberton, agradeceu o apoio dos 14 Sinduscons que integram a Asicc-SC, da Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) e da própria CBIC nos 20 meses de trabalho para o evento. "Temos certeza de que teremos um grande encontro, que reforçará a importância do setor da construção para o País, já demonstrada com a vinda do presidente e de cinco ministros exclusivamente para o evento", destacou o presidente da Asicc-SC, Marco Alberton. O 90º Enic, segundo ele, já conta com cerca de 1300 inscritos, entre representantes do setor da construção, dos Poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário, além da imprensa.

Com o tema central "Inovar e crescer, construindo um país melhor", o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, ressaltou que a ideia do evento é mostrar aos empresários a importância da inovação num sentido mais amplo, com um olhar sobre o futuro dos negócios no setor. A abertura oficial será às 19h30, no Centro de Eventos.

Durante a reunião, além de mencionar alguns dos pontos que pretende abordar no discurso de abertura do evento, Martins também fez um balanço sobre as ações e avanços do setor desde o Enic de 2017, em Brasília, destacando o crescente respeito conquistado pela entidade junto ao governo federal, que acabaram refletindo no evento, que deve contar com o anúncio de uma política nacional para o BIM; da ampliação do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), e da publicação de editais de programa de apoio a concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) municipais. Também foi reforçada a importância do intercâmbio internacional da CBIC com entidades como a International Housing Association (IHA), e destacados projetos que a CBIC vem trabalhando e que logo devem deslançar com o de revitalização dos centros urbanos.

Promovido pela CBIC e realizado pela Asicc-SC, o Enic reunirá até sexta-feira (18/05) palestrantes nacionais e internacionais, entre os mais respeitados atores nos diversos temas da indústria da construção, que abordarão importantes assuntos relacionados à sustentabilidade, infraestrutura, mercado imobiliário, saúde e segurança do trabalho, *compliance* e responsabilidade social. Confira informações sobre o evento, **clicando aqui**.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Acessibilidade nas incorporações imobiliárias é tema da reunião do Conselho Jurídico da CBIC durante 90º Enic		
	Veículo: CBIC	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Acessibilidade nas incorporações imobiliárias é tema da reunião do Conselho Jurídico da CBIC durante 90º Enic



Reunião do Conjur, presidida pelo presidente do Conjur, José Carlos Gama, com o palestrante Rodrigo Toscano, professor e advogado do setor imobiliário, no Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira, Florianópolis. Foto: Cristina Gallo/CBIC.

Integrando a programação prévia à abertura do 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), o Conselho Jurídico (Conjur) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) realizou sua 12ª reunião ordinária na tarde desta quarta-feira (16), no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, em Florianópolis/SC.


A acessibilidade nas incorporações imobiliárias foi discutida em razão do decreto que visa regulamentar o art. nº 58 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015. "Estamos tratando sobre a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência", explicou a assessora jurídica da CBIC, Erika Calheiros. A acessibilidade é um dos princípios constitucionais em face de a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ter sido introduzida no Brasil com status de emenda constitucional. Segundo o Censo elaborado pelo IBGE em 2010, 23,9% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, tendo 7% dessa população mobilidade reduzida. O Conjur analisa esse tema porque o art. 58 diz que o projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, sendo que a minuta do decreto prevê que 100% das unidades habitacionais sejam adaptáveis após 36 meses da entrada em vigor do decreto. Isto preocupa os empresários do setor, já que pode afetar de forma substancial o custo geral da obra.

Também na reunião, o professor Rodrigo Toscano, advogado do setor imobiliário, foi convidado a explanar sobre os dois temas de recurso repetitivo no Superior Tribunal de Justiça (STJ) – a cumulação da multa prevista no contrato com lucros cessantes e a inversão da cláusula penal estipulada para o consumidor ao incorporador –, além de abordar a possibilidade de retenção de arras mesmo em contrato irrevogável.

Quanto ao primeiro assunto, o especialista falou que a questão é relacionada à definição dos conceitos de multa moratória e compensatória, no entanto, o STJ deve buscar uma solução intermediária. Sobre a inversão da cláusula penal, Toscano afirmou que “é um tema que vai trazer um grande debate” e que é importante saber que o STJ tem precedentes no sentido de inverter a pena convencional em favor do consumidor, sendo a base de cálculo a incerteza nesses casos. Em relação às arras, o professor reforçou que, embora não estejam afetadas como recurso repetitivo no STJ, provavelmente estarão em breve.

Os distratos – “uma preocupação muito grande”, nas palavras do presidente do Conjur/CBIC, José Carlos Gama – voltaram a ser abordados na reunião do Conselho. Foi informado que a CBIC está trabalhando junto à Casa Civil e a outros órgãos do Governo Federal na construção de um substitutivo ao projeto de lei do Senado Federal, de relatoria do senador Romero Jucá. O objetivo é fechar o documento ainda em maio deste ano para aprovação antes das eleições presidenciais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Casa modelo em eficiência energética é visitada por participante do 90º Enic		
	Veículo: CBIC	Data: 17/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Casa modelo em eficiência energética é visitada por participantes do 90º ENIC



À esquerda os participantes do Enic visitaram a "Casa Eficiente", um projeto criado pela PROCEL. À direita, o Centro de Pesquisa e capacitação em Energia Solar da UFSC. Fotos: Luciana Abade/CBIC

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara Brasileira da Construção Civil (CBIC) promoveu nesta quarta-feira uma visita à Casa Eficiente, um projeto criado pelo Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Eletrosul e Eletrobras. A casa é uma vitrine de tecnologia com uma série de sistemas e soluções integradas para a eficiência energética.

Construída para aproveitar as condições climáticas de Santa Catarina como radiação solar, temperatura e umidade relativa do ar, a casa tem 200 metros e custaria em torno de R\$ 400 mil, se fosse comercializada. Até mesmo as plantas cultivadas no jardim são pensadas para promover um microclima agradável. Na janela da cozinha, por exemplo, é cultivado maracujá que faz sombra no verão e perde as folhas no inverno, permitindo, dessa forma, a absorção de calor. Pelo isolamento térmico, a casa tem uma temperatura agradável em todas as estações do ano.

O aproveitamento de água é outro ponto forte do projeto arquitetônico. A água da chuva é coletada por todos os telhados. Depois de utilizada em pias, vasos sanitários e tanque de lavar roupa, ela passa por um processo biológico de tratamento em tanques com casca de arroz e casca de ostras para ser reaproveitada em outras áreas.

O objetivo da Casa Eficiente é tornar-se uma referência nacional para a disseminação dos conceitos de eficiência energética, adequação climática e uso racional da água, não só para a comunidade acadêmica como também para os profissionais que atuam no mercado da construção civil.

Depois de visitar a Casa Eficiente, a CMA levou um grupo de aproximadamente 40 pessoas para o Centro de Pesquisa e capacitação em Energia Solar da UFSC para conhecer diferentes aplicações da tecnologia fotovoltaica em edificações. O laboratório, que funciona como uma vitrine desta tecnologia, implantou oito sistemas em alguns estados do Brasil para testar as diferentes tecnologias, em condições climáticas diversas.

A visita foi uma promoção da CMA em parceria com o Sesi Nacional e o Senai Nacional.

MAIS NOTÍCIAS

O Globo

[Temer: Quem quer opor-se ao governo, terá que dizer: 'sou contra teto dos gastos'](#)

G1

[Em Florianópolis, Michel Temer anuncia crédito de mais de R\\$ 44 milhões para cidades de SC](#)

Isto é

[Temer anuncia a construção de mais 50 mil casas do MCMV para 2018](#)

Exame

[O uso da tecnologia no mercado imobiliário](#)

[Dólar cai após BC surpreender e manter Selic](#)

InfoMoney

[Selic mantida em 6,5%: você sabe qual o impacto da taxa na sua vida?](#)

AGENDA

MAIO

16, 17 e 18 – 90° Enic 2018

22 – 5° Reunião da Diretoria

JUNHO

08 – Reunião CII – CBIC/ Manaus